

Procedimento do Juizado Especial Cível

Processo VIRTUAL Nº 0010981-91.2019.818.0084

espécie: AÇÃO DE COBRANÇA

PARTE DEMANDANTE: ROMÁRIO ALVES DOS SANTOS

PARTE DEMANDADA: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A

JuíZA LEIGA: LÍLIA TAVEIRA NUNES

S E N T E N Ç A**1 ? RELATÓRIO**

Dispensado, por aplicação **do artigo 38 da Lei nº 9.099/95**.

2 - FUNDAMENTAÇÃO

Trata-se de Ação Sumaríssima promovida por **ROMÁRIO ALVES DOS SANTOS**, qualificado nos autos, contra a empresa **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, a fim de reclamar pagamento de indenização de seguro obrigatório em decorrência de acidente de trânsito.

Em sede de contestação (**Evento Processual 14**), a promovida traz uma série de alegações visando desconstituir a pretensão autoral, dentre as quais, **merece destaque preliminar de INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA** deste juízo especial para o feito, diante da necessidade de realização de perícia complexa, procedimento incabível em juizados especiais.

De logo, verifico **assistir razão a seguradora demandada em relação à aludida preliminar ventilada**. Com efeito, a **prova documental** apresentada pelo autor mostra-se insuficiente, provando unicamente a efetiva ocorrência do acidente narrado na exordial, sem evidenciar de forma técnica e efetiva a repercussão danosa de tal acidente à sua saúde, ou ainda o eventual grau de invalidez decorrente, sendo necessária a produção de prova técnica mais elaborada, inadmissível em sede de juizado especial.

Nesse sentido, destaque-se que o art. 3º, §1º, inciso II, da Lei nº 6.194/74 (Lei do DPVAT), dispõe que nos casos de invalidez permanente parcial, **o valor da indenização devida deverá ser aferida proporcionalmente ao grau e à repercussão das respectivas lesões**, dispositivo corroborado pelo Superior Tribunal de Justiça, através da súmula nº 474, e consonante com o **Precedente nº 7 do Tribunal de Justiça do Piauí**:

*Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por **invalidez permanente, total ou parcial**, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:*

*§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do **caput** deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, **classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais**, observado o disposto abaixo:*

*II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à **redução proporcional da indenização que***

corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais.

Súmula nº 474 - A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez. (STJ) (grifos nossos)

Com efeito, evidente a necessidade de **prova documental médica minuciosa no sentido de determinar as lesões sofridas pelo autor à indenização por invalidez permanente**, estabelecendo a **gravidade das sequelas, o grau de repercussão, a eventual diminuição da capacidade laboral**, entre outros aspectos, **não bastando laudo médico atestando simplesmente a existência da invalidez**, entendimento cediço na jurisprudência:

COBRANÇA - SEGURO DPVAT - INVALIDEZ PERMANENTE SEM EMBARGO DA REVELIA DA RÉ, INAFASTÁVEL A PERÍCIA MÉDICA PARA APURAÇÃO DO SEU GRAU - NECESSIDADE - SENTENÇA ANULADA. *Tendo em vista o escalonamento dos valores da indenização para a hipótese de invalidez permanente, previsto pelo artigo 3º, inciso II da Lei nº 6.194/74, afigura-se a necessidade de realização da perícia médica, a fim de ser apurada a extensão dos danos sofridos pela demandante e, por consequência, possibilitar o arbitramento da indenização eventualmente devida - Apelo provido em parte para anular a r. sentença. (TJSP. Apelação nº 23169220098260576. 35ª Câmara de Direito Privado. Relator: José Malerbi. Julgado em 24/04/2012)*

COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. NECESSIDADE DE QUANTIFICAÇÃO DO GRAU E QUALIFICAÇÃO DA LESÃO. *1. Para a fixação do quantum indenizatório de seguro DPVAT, nos casos de invalidez permanente, é necessária a verificação do grau e tipo de invalidez da vítima. 2. Necessária realização de perícia quando o laudo juntado aos autos não é suficiente para apuração do valor da indenização. APELAÇÃO PROVIDA. SENTENÇA ANULADA. (TJPR. Apelação nº 8490124. 10ª Câmara Cível. Relator: Nilson Mizuta. Julgado em 29/03/2012) (grifos nossos)*

Dessa forma, considerando que **a documentação médica apresentada pelo autor não traz especificações sobre o grau e a repercussão das sequelas**, elementos imprescindíveis para a determinação do valor da indenização, **faz-se necessária e indispensável a perícia médica complexa**, incompatível com o rito dos Juizados Especiais, ensejando sua **extinção sem resolução de mérito por incompetência absoluta**, conclusão lógica devidamente reconhecida em decisão proferida pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul em caso idêntico:

AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE DECORRENTE DE ACIDENTE DE TRÂNSITO. NÃO COMPROVAÇÃO DA INVALIDEZ DE CARÁTER PERMANENTE NOTICIADA. NECESSIDADE DE PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL. COMPLEXIDADE A ENSEJAR O RECONHECIMENTO DA INCOMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. HIPÓTESE AUTORIZADORA DA EXTINÇÃO DO PROCESSO, DE OFÍCIO. INTELIGÊNCIA DO INCISO II DO ARTIGO 51 DA LEI Nº 9.099/95. RECURSO PREJUDICADO. (TJRS. Recurso Cível Nº 71002463560, 2ª Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Leila Vani Pandolfo Machado, Julgado em 24/03/2010) (grifo nosso)

Certo é que, **a ausência de documentação médica atestando o grau e tipo de invalidez do demandante implica em prejuízo à análise meritória**, especialmente no que diz respeito ao cálculo da indenização devida.

3 - DISPOSITIVO

Pelos fundamentos expostos, acolho a preliminar de incompetência do Juizado Especial Cível em razão da complexidade da causa e, por via de arrastamento, **julgo EXTINTO** o presente feito, **SEM APRECIÇÃO DO MÉRITO** e o faço com fundamento **no artigo 51, inciso II, combinado com o artigo 3º, caput, ambos da Lei nº 9.099/05**, ficando ressalvado **ao demandante** o direito de formular o pedido ao órgão jurisdicional competente.

Para fins de recurso inominado: O prazo para recurso é **de 10 (dez) dias** corridos contados da ciência da sentença **(Lei nº 9.099/95, artigo 42)**.

O valor do preparo, nos termos do **§ 1º, do artigo 42 da Lei nº 9.099/95** deve ser efetuado, independentemente de nova intimação, **no prazo de 48 horas seguintes a interposição do recurso.**

Sem condenação em custas, despesas processuais e verba honorária, nesta fase do procedimento, em razão da disposição inserta **no artigo 55 da Lei nº 9.099/95.**

Submeto o projeto de sentença à apreciação do MMº Juiz Togado para a devida homologação, na forma do **artigo 40 da Lei nº 9.099/95.**

P. R e Intimem-se.

Picos (PI), 14 de julho de 2020.

Belª. Lília Taveira Nunes

Juíza Leiga

SENTENÇA HOMOLOGATÓRIA

HOMOLOGO, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pela Juíza Leiga **LILIA TAVEIRA NUNES**, o que faço ao abrigo do **artigo 40 da Lei nº 9.099/95.**

Cumprida voluntariamente, arquivem-se os autos, com baixa no sistema. Caso haja pedido de execução, instaure-se o incidente e, a seguir, voltem-me conclusos.

Picos (PI), 27 de julho de 2020.

Bel. Ademar de Sousa Martins

Juiz de Direito